

**Intelectualidade Católica e projeto cultural estadonovista:
educação e disciplina para um “novo homem” em Fortaleza.**

JANILSON RODRIGUES LIMA*

Igreja Católica, intelectuais e Estado Novo, juntos no Ceará.

Em meios às modificações e transformações ocorridas no governo varguista, no período 1937 à 1945, o estado do Ceará tem suas especificidades. No Ceará, assim como em boa parte do país se temia a crise do liberalismo e as revoltadas populares que aconteciam na América Latina e na Europa. Então, diante desses fatos e do grupo que estava no poder, as ações de uma elite conservadora e com bases católicas contribuíram para que a regime estadonovista ganhasse espaço para se desenvolver e se consolidar no estado do Ceará. Como nos mostra Ponte, ao se referir à Legião Cearense do Trabalho¹:

Aqui verificamos o caráter elitista do discurso legionário: os trabalhadores e a própria sociedade em geral, carecem de organização, educação, associação. Em assim sendo, precisam ser tutelados por lideranças conhecedoras dos problemas nacionais. A intelectualidade católica seria a mais capacitada para exercer essa tutela, pois além de possuírem títulos de juristas, economistas, sociólogos, diplomatas, eram dotados de visão e sentimento cristãos. Além da tutela menor, há a tutela superior que competia ao Estado. (PONTE, 1994: p.383)

Os intelectuais tiveram seu papel na política varguista, como já foi visto, pois eles seriam responsáveis por guiar a população ao futuro grandioso divulgado pelo Estado Novo. No Ceará, a intelectualidade será também levada a desempenhar este papel, porém estes intelectuais estavam ligados diretamente às bases conservadoras e católicas de nosso Estado. Como podemos ver no trecho citado acima, essa intelectualidade católica cearense teria uma tarefa “messiânica” de guiar esta população diante deste mal que assolava o mundo, ou seja, a crise liberal e o avanço comunista. Para esse fim, buscaram organizar a população sobre seus princípios, temendo que se

* Universidade Estadual do Ceará – UECE, mestrando em História Cultural e bolsista da FUNCAP.

¹ “A Legião Cearense do trabalho (LCT) foi uma organização política antiliberal e anticomunista que existiu no Ceará entre 1931 e 1937. Idealizada e fundada pelo tenente Severino Sombra, contou com a adesão de dezenas de associações de classe e categorias, o que a possibilitou orientar e mobilizar grande parte dos trabalhadores cearenses”. PONTE, Sebastião Rogério de Barros da, A legião cearense do trabalho in: **História do Ceará**. – /Coordenação Simone Souza. – Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1994. p.371.

espelhassem nas revoluções comunistas. Então, imbuídos de sabedoria e de sentimentos cristãos eram as pessoas ideais para guiar a população cearense para o “Novo País”, que estava por surgir, com o novo regime que o país vivia.

Podemos ver esta ligação, claramente, no próprio Governo do Estado. Menezes Pimentel vinha de bases conservadoras e fazia parte dessa intelectualidade cearense ligada à religião católica, e mesmo depois do regime ditatorial do Estado Novo, ele continuou no Governo nos anos de 1937 a 1945, como nos mostra Cunha Neto:

Naquela época Menezes Pimentel integrava o grupo de intelectuais da Igreja Católica que, por sua vez, se posicionava radicalmente contra os ideais liberais e comunistas, acusando-os de responsáveis pelo clima de instabilidade política e econômica do País. Em relação aos comunistas, diziam que eram inspirados pelo socialismo soviético que tinha a intenção de expandir sua influência pelo mundo, inclusive no Brasil. (CUNHA NETO, 2005: p. 156)

Então, através desta citação, podemos concluir o nosso pensamento a respeito do governador do Estado nesse período como um homem de bases religiosas no catolicismo, um intelectual, e um político com diretrizes conservadoras, que ligava a crise e todos os problemas, principalmente os de cunho social, aos comunistas. Assim, podemos entender o porquê da permanência do Governador, antes e depois do golpe que decretou o regime ditatorial.

Os símbolos nacionais vão ser bastante usados e exaltados neste momento, principalmente em repartições públicas, onde os símbolos nacionais foram usados de forma obrigatória. As escolas não escapavam dessa obrigatoriedade, e muitas vezes até mesmo as escolas particulares teriam que utilizar os símbolos nacionais de forma obrigatória, sendo um dos mais usados, a Bandeira:

APRESENTAÇÃO DA BANDEIRA:

Art. 12 – A Bandeira Nacional deve ser hasteada de sol a sol, sendo permitido o seu uso à noite, uma vez que se ache convenientemente iluminada.

Parágrafo único – Normalmente far-se-á o hasteamento (sic) às 8 horas e o arreamento às 18 horas.

Art. 13 – Será a Bandeira Nacional obrigatoriamente hasteada nos dias de festa ou luto nacional, em todas as repartições públicas federais, estaduais e municipais, nos estabelecimentos particulares colocados sob a fiscalização

oficial, e bem assim em quaisquer outras particulares de assistência, letras, artes, ciências e despostos (sic).

Art. 14 – Em todos os estabelecimentos de qualquer ramo ou grau de ensino, público ou particulares, será obrigatório o hasteamento da Bandeira Nacional nos dias de festa ou luto nacional, e ainda pelo menos uma vez por semana. O hasteamento, salvo motivo de força maior, far-se-á sempre com solenidade. Serão os estabelecimentos de ensino obrigados a manter a Bandeira Nacional em lugar de honra, quando não esteja hasteada. (DIÁRIO OFICIAL, 1942: p. 01)

A exaltação da Pátria e dos símbolos nacionais ganha ainda mais força no governo de Menezes Pimentel. Como vimos, a Bandeira foi um dos principais símbolos exaltados nessa época, e neste trecho do Diário Oficial percebemos a preocupação do Governo com esse símbolo de nacionalidade e unidade nacional. Assim, foi decretado quando a Bandeira deveria ser exposta, em quais instituições seu uso seria obrigatória, e os horários que a Bandeira deveria ser “hasteada” e “arrematada” sendo respectivamente as 8 e as 18 horas. Justamente entre este horário, temos basicamente todo o deslocamento das pessoas nas ruas, seja para trabalhar, para estudar ou até mesmo para fazer compras, pois isso permitia que um número maior de pessoas pudesse ver a Bandeira hasteada nos prédios públicos e privados.

O artigo 14 é muito significativo para a simbologia da unidade e da ligação da Pátria, Bandeira, juventude, educação e futuro da nação. Pois neste artigo é decretada a obrigatoriedade de hasteamento da Bandeira nos dias de festas e de luto, mas o que nos chamou mais a atenção foi o final desse artigo, que traz outra obrigatoriedade, referente aos estabelecimentos de ensino, sejam eles públicos ou particulares, devem “manter a Bandeira Nacional em lugar de honra, quando não esteja hasteada”, isso traz uma simbologia não apenas dos símbolos nacionais, mas também, do papel da escola. A escola aparece como responsável por resguardar a Pátria, o país, sendo responsável não apenas pela educação, mas também pelo bem estar do país e conseqüentemente pelo seu futuro.

Podemos perceber uma ligação forte entre estes símbolos que eram exaltados pelo governo, como por exemplo, a “Bandeira”, e a educação em um boletim especial feito pela diretoria do Colégio Militar do Ceará, onde é feito um pronunciamento, trazendo um exemplo que ocorreu na guerra do Paraguai:

Os paraguaios conseguiram ultrapassar a linha de vigilância e se lançaram inesperadamente sobre o nosso Btl [Batalhão]. Num ato de bravura, uma reação viva, o adversário foge. Ferido, quase morto um cabo grita: “Levaram

nossa **Bandeira**” (grifo nosso), toda sua guarda estava morta. O Cmt. Ten. Cel. Apolônio Pires Campelo clamou: “A morte de todos ou a Bandeira já”. Seguiu-se um terrível ruído e o 30º Corpo de Voluntários em uma fúria indivisível, se lançou em vertiginosa perseguição ao inimigo. Luta terrível corpo a corpo foi travada e meia hora após, pouco mais de metade daquele Btl. voltara trazendo seus mortos e feridos e a sagrada Bandeira. Que este exemplo de honra, mocidade do Colégio Militar, vos acompanhe sempre na vida, lembrando-vos que antes a morte à desonra da querida Bandeira. (DIRETORIA DO COLÉGIO MILITAR, 1937: p. 3)

Esse pronunciamento retrata bem qual o significado dos símbolos nacionais exaltados pelo governo, e ainda qual o exemplo que os jovens cearenses deveriam seguir. Claro que neste trecho citado podemos perceber também o caráter religioso junto ao discurso nacionalista, principalmente quando se refere à questão do “sacrifício” pela nação, de dar a sua vida pelo futuro do Brasil. A “Bandeira” é uma figura repleta de significados, então dar a vida pela bandeira, não está em jogo simplesmente aquele tecido, mas sim a simbologia empregada na bandeira, pois ela representa o país, a nação, o território, deixar que um estrangeiro levasse a bandeira, simbolicamente, significaria levar o país, essa era a construção feita pelo governo do Estado e pela educação implantada nas escolas nesse momento histórico, seria uma prática anti-nacionalista. Então, ligando este pensamento nacionalista às questões religiosas vem à ideia de sacrifício em nome da nação e aqui em nosso Estado as elites cearenses têm uma ligação muito forte com esses ideais. Quando nos reportamos a esse momento, vamos perceber facilmente esta ligação entre a religião católica, a intelectualidade e as diretrizes políticas muitas vezes aliadas aos discursos educacionais e até mesmo às escolas do Estado.

O Governo do Estado usou bastante os símbolos nacionais, junto a sentidos religiosos e reforçando essa ideia. Temos um pronunciamento do Secretário do Interior e da Justiça, na comemoração ao Dia da Bandeira:

Na ordem dos sentimentos cívicos, o culto à Bandeira Nacional se assemelha ao que na ordem dos sentimentos religiosos, se rende à imagem do criador. Quando o homem que tem a graça da Fé ergue, por exemplo, os olhos para a figura do Crucificado, que a arte e o engenho dos seus semelhantes delinearam com mais ou menos perfeição, não é a imagem, na sua materialidade, o que ali se lhe apresenta e transparece, mas, através da corporificação material, a alma humana exalta-se e eleva-se, pelos pródigos da espiritualidade, a comunicação superior com a Divindade, de que a imagem é a memória tangível, que nos conduz a percepção e ao contato espiritual do Intangível. A bandeira é também a memória viva da Pátria; e nas suas dobras o homem de fibra patriótica, toda a vez que a contempla, pode igualmente ver, pela espiritualização dos sentimentos cívicos, o retrato mesmo da sua terra natal, numa como reprodução constante daquele

extraordinário milagre do drama da Redenção, quando o Cristo, na via dolorosa do Calvário, deixou impressa no manto de Verônica a sua imagem, desfigurada pela extensão e profundidade dos sofrimentos sobrehumanos. (O CULTO A BANDEIRA NACIONAL, 1937: p. 3)

Facilmente podemos ver no discurso do Secretário do Interior e da Justiça uma ligação entre símbolos religiosos e a Bandeira Nacional, assim fazendo uma comparação entre a imagem de Jesus, o “Crucificado” e a Bandeira, onde a imagem ligada à “Fé” eleva o espírito, exalta a alma, como se desse uma ideia de crescimento espiritual quando relacionado à religião e de crescimento patriótico, quando relacionado aos símbolos nacionais. Relacionando esse crescimento não apenas aos âmbitos espirituais ou patrióticos, podemos estender além desses dois exemplos quando pensamos este “crescimento”, em forma de desenvolvimento e até em crescimento do país, nas questões econômicas.

Porém, Menezes Pimentel, além de exaltar os símbolos nacionais e as formas de divulgação desses em âmbito estadual, ele também regulariza seus usos, como já vimos, quando o governador fala dos horários de hasteamento e de arreamento. Porém, assim como ele regulariza os modos de usar, também regulariza as proibições de uso desses símbolos.

PROIBIÇÕES PARA O USO DOS SÍMBOLOS

Art. 23 – E’ vedado o uso da Bandeira Nacional, das Armas Nacionais, do Selo Nacional assim como a execução vocal ou instrução do Hino Nacional, sempre que não se revestirem da forma, ou não se apresentarem do modo prescrito no presente decreto-lei.

Art. 24 – E’ igualmente proibido que se apresente ou se trate com desrespeito qualquer dos símbolos nacionais.

Art. 25 – E’ ainda proibido o uso da Bandeira Nacional:

- a) sempre que o exemplar não estiver em bom estado de conservação;
- b) como ornamento ou roupagem, nas casas de diversão, ou em qualquer ato que não se revista de caráter oficial;
- c) como resposteiro ou pano de boca, guarnição de mesa ou revestimento de tribuna, cobertura de placas, retratos, painéis ou monumentos a serem inaugurados;
- d) por qualquer pessoa natural ou entidade coletiva para a apresentação de honras de caráter particular. (DIÁRIO OFICIAL, 1942: p. 02)

Nesse trecho, o Diário Oficial, apresenta restrições ao uso da bandeira brasileira, ou seja, quando estivesse fora dos padrões desejados pelo Governo do Estado. Justificando os modos de uso, o Governo tentava dar uma uniformidade aos símbolos, sempre sendo mostrados de formas impecáveis, limpos, organizados, não

podendo ser banalizados, não podendo ser utilizados em caráter particular. Isso nos lembra muito o projeto cultural do Estado Novo, quando vinculado ao “Novo Homem”, e essa é a intenção pedagógica passada através da Bandeira e dos símbolos nacionais, como será o futuro do país, qual o projeto para o “novo cidadão” que vai surgir. Então, esses ideais de limpeza, conservação, o uso adequado da Bandeira simboliza o país, a nação e a unidade desejada, não podendo ser usada para representar um personagem em particular. Os símbolos nacionais fazem parte desse projeto cultural de nosso Estado, vinculado ao Estado Novo, porém com suas peculiaridades, como podemos ver.

A disciplina na construção do “Novo Homem”.

O Governador Menezes Pimentel não utilizou apenas os símbolos nacionais para a construção de uma nova identidade. Em seu governo vamos ter formas mais explícitas de controle e de disciplina, para conseguir criar um “Novo Homem”, tão desejado pelo Estado Novo e que o Governador com seus ideais religiosos e suas diretrizes políticas, dará um caráter diferenciado, para controlar e tentar construir esse “Homem”.

Nesse momento surge uma maior preocupação com as questões alimentares, principalmente quando se trata de crianças e adolescentes, que seriam o futuro de nosso Estado e conseqüentemente de nosso País. As escolas, carregadas de discursos higienistas, sanitaristas e eugênicos (BEZERRA, In: VASCONCELOS e MAGALHÃES JUNIOR, 2003), planejavam um “Novo Homem” forte nos moldes do cidadão tão almejado pelo projeto estadonovista. Conseguimos ver esta preocupação de forma clara no jornal “O Estado” quando é sugerido um cardápio para as refeições dando uma sugestão de alimento para cada horário:

Para completar a nossa sugestão, eis um cardápio excelente que vcs. (sic) devem experimentar:

Pela manhã: às 6,30 hs. – suco de frutas.

às 8,10 hs. – um ovo, pão com manteiga.

às 11,45 – legumes, verduras, um pouco de carne, e leite.

à tarde. (grifo do autor)

às 14,30 – pão com manteiga, leite ou coalhada.

às 16,30 – sanduíche⁹ (sic) ou suco de tomate ou de laranja.

às 18 hs. – papa com leite, ou chocolate com pão e manteiga. (VOCÊS TEM HORA CERTA PARA COMER?, 1938: p.30)

Então o jornal “O Estado” que é vinculado diretamente ao Governo, sugere todo um cardápio para a comida dessas crianças e ainda estipula um horário, para que elas ponham em prática as refeições indicadas. Uma disciplina não apenas com o hábito alimentar das crianças, como também no tempo dessas pessoas, pois além de tentarem controlar o que elas estão comendo, eles tentam disciplinar o que comer e em que hora comer. Para que assim possam atingir os objetivos do Governo, que é ter crianças e jovens saudáveis e bem alimentadas a fim de se tornarem “bons homens” fisicamente e assim conseguir mudar e transformar a “cara” do povo brasileiro e, simultaneamente, a do país.

Mas a preocupação do Governo não se limitava apenas na educação alimentar, também havia uma ênfase na disciplina do tempo, pois não adiantava ter uma boa alimentação se estes jovens não utilizavam o tempo que eles tinham disponíveis para práticas “saudáveis” e que pudessem desenvolvê-los para o futuro da Nação.²

A disciplina do tempo e do espaço vai ser uma das estratégias do governo para conseguir esquadrihar estes jovens e assim alcançar seus objetivos, ou seja, o projeto de uma “Nova Nação”, um “Novo Homem” e para isso era preciso retirar desses jovens tudo que pudesse influenciá-los a sair deste caminho, desejado pelo Projeto Cultural Estadonovista e que ganha bastante força em nosso Estado, com o comando de Menezes Pimentel.

Erick Assis, no seu livro “Nos Labirintos da Cidade: Estado Novo e o Cotidiano das classes Populares em Fortaleza”, fala da disciplina e da preocupação com a diversão praticada pelas classes populares de Fortaleza:

Os prepostos do Estado Novo, em Fortaleza, tinham em mente a necessidade do controle social ser exercido cirurgicamente, na “fonte” do ato desintegrador. As delegacias instauraram inquéritos, o Judiciário se debruçava sob processos e os jornais acompanharam e julgaram determinados tipos de diversão que não se coadunavam com as tradições e costumes desta cidade ‘harmoniosa’. Esta prática ganha outros contornos quando se trata do lazer dos pobres, pois suas diversões intensamente praticadas na rua tornam-se alvos privilegiados do controle dos costumes populares. (ARAÚJO, 2007: p.218)

² Acerca da discussão sobre o tempo no capitalismo e estratégias de racionalização conferir PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiras. Rio de Janeiro: paz e Terra, 1988 e ANTONACCI, Maria Antonieta Martines. Institucionalizar Ciência e tecnologia- Em torno da fundação do IDORT. In **Revista Brasileira de História**: Instituições. V.7, N. 14. São Paulo, 1987.

Como podemos perceber, a população e suas práticas eram de fundamental importância para este novo regime. Por isso a atenção dada à educação moral, cívica e física, nesse momento foi ampliada, e reforçando estas medidas, a disciplina sobre eles era indispensável. Com os jovens não foi diferente. As fiscalizações aconteciam não só dentro das escolas como também fora delas. A escola era um local fechado, que vivia com constante vigilância de diretores, professores e inspetores de alunos.

Porém, a “rua” não era tão vigiada assim, e era justamente este local que se temia, pois é nesta “rua” que se podia levar e desregrar toda a educação e todo o projeto do Governo. Então, era necessária uma fiscalização do espaço frequentado por esses jovens na rua, pois esta nem sempre foi vista com bons olhos:

Nos bairros pobres, é nelas que se produzem as brincadeiras entre as crianças, a conversa e também as brigas da vizinhança, o restrito lazer do operário – conforme recorda Zélia Gattai a respeito da rua Caetano Pinto – quando aos domingos, a maioria dos homens “ocupava a pista de paralelepípedos, jogando bocha e malha”. Mas, a rua é, também, o espaço do ócio, do comportamento visto como imoral, o espaço do crime, o espaço onde se reproduzem formas de sobrevivência tidas como verdadeiramente marginais, onde as misérias sociais estão em permanente e contundente exposição. É, enfim, o espaço no qual a ordem estabelecida tem de lidar com sua própria vulnerabilidade: o ambiente das ruas – onde se reproduzem códigos e modelos diversos de comportamento – torna-se ameaçador. A rua adquire, assim, uma identidade perversa, associada ao crescimento da cidade, identidade que se reproduz para além do universo das elites: nas palavras de Zélia Gattai, as calçadas da rua Caetano Pinto eram “calçadas proibidas” em sua casa devido aos “cortiços famosos” e às mal-afamadas “brigas e bafafãs diários”. (MOURA, 1999: p. 87)

Essa era a visão que se tinha da rua, local que trazia o desregramento, o ócio, a diversão “sem propósito”, a libertinagem, a prostituição, a perversidade. A rua era vista praticamente como o oposto de tudo que era moral, ainda se tratando da moral que vai dominar no nosso Estado, uma moral católica, forte apoiada por uma intelectualidade ligada a essa base católica. Então a rua vai ser um local que vai merecer uma atenção especial, partindo disso a vigilância que era exercida de forma rigorosa dentro das escolas, agora também ultrapassava os muros escolares, chegando até ao centro da cidade de fortaleza, aos cinemas, às “casas suspeitas” (GIRÃO, 1997) (sejam elas casas de jogos ou de prostituição).

Esses jovens, principalmente alunos, sofriam uma forte fiscalização de vários grupos distintos, podendo serem repreendidos por policiais civis, bombeiros,

inspetores de alunos, cobradores de passagem, e até mesmo pelos próprios alunos, e neste caso tinha uma polícia exercida pelos próprios alunos, a Polícia Estudantil.³

Podemos concluir desta forma que havia uma preocupação não apenas com a alimentação destes jovens, mas também com a disciplina, a ordem, o comportamento (dentro e fora da escola), os locais frequentados por eles, as diversões que eles praticavam e até mesmo com o tempo livre desses estudantes, pois todos esses elementos citados acima poderiam, não apenas atrapalhar na formação desses jovens, como também, frustrar os planos do Governo em relação ao futuro desses e do regime vigente.

Considerações finais

Podemos afirmar que o Estado Novo vai ganhar bastante espaço na política cearense, principalmente contando com uma elite católica que vai estar no cargo administrativo do Governo. O interventor Menezes Pimentel que foi um participante da União dos Moços Católicos em Fortaleza, foi o Interventor responsável por consolidar o projeto estadonovista em nosso estado.

Lembrando que esse projeto cultural que visou construir uma nova imagem para o país, tentou criar uma nova imagem de “homem”. Esse “novo homem” visado pelo Estado varguista foi projetado nos jovens da nação. Então nesse sentido podemos perceber uma atuação fortíssima do Interventor do Estado do Ceará no que dizia respeito a educação e a disciplina desses jovens, que a partir desse momento representariam, de acordo com o projeto cultural do governo, o futuro da nação e consequentemente o futuro do regime varguista. Justamente por esses motivos teremos uma exaltação do “novo”, dos símbolos nacionais (como a Bandeira), uma preocupação com alimentação e o tempo livre desses jovens.

O conservadorismo católico em nosso Estado ganhou força e tirou proveito da situação, o ensino religioso passa a ser obrigatório nas escolas e a disciplina em busca de futuros cidadãos pautados pelo civismo e pela moral, crescia neste momento dentro e fora das escolas. No entanto, por mais forte que fosse essa disciplina, essa

³ Para saber mais, ver: MOREIRA, Afonsina Maria Augusta. **Juventude da pátria a(r)mada: O Centro Estudantal Cearense Em Fortaleza, 1931-1945** / Tese de mestrado PUC/São Paulo 1999.

vigilância e até mesmo as punições sobre esses jovens, eles não seriam meros espectadores nesse momento histórico na cidade de Fortaleza.

Esses jovens estudantes sofreram uma forte disciplina, porém não se limitaram a baixar as cabeças, apesar das estratégias do Governo para controlá-los, serem algumas vezes bem eficientes. Esses estudantes utilizaram algumas táticas, conseguindo encontrar brechas nessas estratégias disciplinares e assim faziam suas reivindicações para benefício da classe estudantil e até mesmo algumas práticas bem engraçadas, que eram caracterizadas pelos diretores, professores e inspetores de indisciplina. Nos mostrando que essa disciplina imposta a eles nem sempre era absorvida sem resistência, muito pelo contrário algumas vezes nos deparamos com fontes que nos mostram essas fugas disciplinares praticadas por esses estudantes, fazendo “baderna” dentro dos bondes de Fortaleza, colocando apelido nas pessoas ao seu redor, entre outras ações que seriam colocadas pelo projeto cultural estadonovista e as bases conservadoras de nosso Governo como sendo práticas inapropriadas para esses jovens estudantes da cidade de Fortaleza. Mostrando as artes do fazer desses personagens históricos que não estão à mercê das práticas governamentais, percebendo que eles são responsáveis pelos seus percursos e são “atores” e “diretores” da sua própria história.

BIBLIOGRAFIA

- ARAÚJO, Erick Assis de. **Nos Labirintos da Cidade: Estado Novo e o Cotidiano das classes Populares em Fortaleza**_Fortaleza: INESP, 2007.p.218.
- BEZERRA, José Arimatea Barros. Eugenia, Nacionalismo e Higienismo: As bases do Discurso Sobre a Alimentação da Criança na Escola. In.: **Linguagens da história** / organizada por José Gerardo Vasconcelos e Antônio Germano Magalhães Junior (organizadores). – Fortaleza: imprece, 2003. 156p. – (Coleção Diálogos Intempestivos, 7).
- BOURDIEU, Pierre. **Poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Editora: Difusão Editorial. 1989.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em Cena. Propaganda política no vanguardismo e no peronismo**/Maria Helena Capelato. – Campinas, SP: Papyrus, 1998. – (Coleção textos do tempo).
- CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil** / José Murilo de Carvalho – São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer** / Michel de Certeau; tradução de Ephraim Ferreira Alves. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- CUNHA NETO, Francisco Sales da. **Práticas do disciplinamento do Liceu do Ceará dos anos 1937 à 1945**. Fortaleza: Rbs, 2005. p.156
- GIRÃO, Blanchard. **O Liceu e o Bonde na paisagem sentimental de Fortaleza-Província** / Memórias – Blanchard Girão. – Fortaleza: ABC Fortaleza, 1997.
- LENHARO, Alcir, 1946 – **Sacralização da Política**/Alcir Lenharo. – Campinas – 2ª ed. – SP: Papirus, 1986.
- MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. **Meninos e meninas na rua: impasse e dissonância na construção da identidade da criança e do adolescente na República Velha**. In: **Revista Brasileira de História** – Órgão Oficial da Associação Nacional de História. São Paulo, ANPUH/Humanitas Publicações, vol. 29, nº 37, 1999. p.87.
- PONTE, Sebastião Rogério de Barros da, A legião cearense do trabalho in: **Historia do Ceará**. – /Coordenação Simone Souza. – Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1994. p.371.

FONTES UTILIZADAS

Documentos executivos:

DIÁRIO OFICIAL. **Interventoria Federal no Estado do Ceará**. 7 de setembro de 1942. Ano X. Nº 2695. p. 01.

Jornais:

DIRETORIA DO COLÉGIO MILITAR DO CEARÁ, em Fortaleza, 19 de Novembro de 1937. **O Estado**. Fortaleza, p. 3, 19 de nov. 1937.

O CULTO A BANDEIRA NACIONAL. **O Estado**, p. 3, 19 de nov. 1937.

VOCÊS TÊM HORA CERTA PARA COMER?. **O Estado**. Fortaleza, p. 30, 23 de jan. 1938.